

Colóquio Internacional: Portugal entre desassossegos e desafios

Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (17 e 18 de Fevereiro de 2011)

Título da apresentação: ***Portugal e os BRIC: numa perspectiva da diplomacia pública e da autopoiesis***

Marco António Baptista Martins¹

Resumo:

O sistema internacional post-11 de Setembro vem acelerar a movimentação em torno da sociedade civil, alterando, conseqüentemente, o próprio conceito espaço-temporal da actuação da diplomacia, na sua acepção clássica, na arena internacional enquanto instrumento pacífico de execução da política externa. Assiste-se a uma *complexidade crescente* no processo de edificação da nova ordem mundial cujo epicentro se circunscreve numa espécie de sub-mundialização à escala doméstica de cada Estado quer pela (in)capacidade da elite governante em responder aos estímulos provenientes do ambiente externo ao ritmo vertiginoso da velocidade dos fluxos de informação entre os mais diversos actores das relações internacionais. Daí que a prática da diplomacia tradicional tal como a conhecemos caminha para além da evolução teórica, situando-se cada vez mais em termos concretos num mundo inconstante de caminho incerto com regimes antagónicos de convergências pontuais e imprevisíveis que levam à emergência de outras formas de actuação como sendo o caso da diplomacia pública que representa um recurso estratégico vital para os estados enquanto actores das relações internacionais e concretamente para o caso de Portugal nas suas relações com os BRIC onde se pretende melhorar e influenciar a imagem de um país quer internamente quer externamente como um país/marca num mundo competitivo. Efectivamente, a diplomacia insere-se no esforço de manutenção do equilíbrio por um lado entre as estruturas oficiais e institucionais e, por outro lado, entre os poderes erráticos em que o tempo medido se apresenta a duas velocidades sobrepostas onde uma parte da sociedade civil se vai posicionando na condição de info-pobres ou de infoexclusão em consequência da condição de pobreza na qual se depara ou por desemprego ou por exclusão da sociedade. Neste âmbito, importa referir igualmente o lugar de Portugal perante os

¹ Professor da Universidade de Évora/NICPRI. Doutor em Relações Internacionais pelo ISCSP – UTL e auditor em Política Externa pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Este texto é financiado pela FCT (FEDER/POCI 2010) e insere-se numa sublinha de investigação do NICPRI sob o título “Cidadania e novos paradigmas da política.” Contacto: mabm@uevora.pt

BRIC inserido numa perspectiva da *autopoiesis* enquanto modelo auto-regulador e lógica de sobrevivência na sua inserção internacional.

Palavras-chave: Portugal, BRIC, diplomacia pública, autopoiesis, condição humana

1. A redefinição do sistema internacional: continuidade e descontinuidade

Desde a queda do Muro de Berlim (1989) que o mundo tem incessantemente procurado por uma nova ordem mundial que pudesse recolocar o lugar do homem e das relações internacionais numa espécie de equilíbrio entre a existência e o tempo. A esse título, o tempo não é algo que exista por si só, cabe ao ser humano a sua concepção no recurso à intuição, à recordação, à memória, ao estado interior rodeado pelo espaço exterior.

O tempo afigura-se inalterável, tende a permanecer idêntico, ocorrendo a mudança no seio da consciência individual no culminar de um somatório de consciências colectivas via uma estrutura de rede virtual. Interpretaríamos o encontro entre consciência e tempo numa translação (*translatio*) ou alteração (*alteratio, -onis*) do movimento pendular do tempo através da união e da formação de movimentos de simultaneidade quer na tradução dos factos quer na ocorrência dos mesmos num determinado ponto do globo. Consequentemente, assistimos à anulação da diferença artificial dos fusos horários para o espectador ou para o decisor, decorrente da capacidade de absorção da velocidade transmissiva dos fluxos de informação.

A instabilidade e a inconstância marcam não só a natureza do próprio homem como também o desejo de uma redefinição do papel do Estado enquanto entidade soberana e reguladora quer da ordem interna quer da externa. A primeira década do século XXI revela uma realidade baseada numa perspectiva norte-americana da *realpolitik* por assistir via CNN, no fatídico dia 11 de Setembro de 2001, conhecido por 9/11, aos ataques perpetrados pelos *poderes erráticos* (Moreira, 2002, pp. 371-374) qualificados de terroristas em Nova Iorque. Essa realidade projecta o mundo e o Homem para caminhos incertos de ordem aparentemente indefinível onde interagem regimes antagónicos pautados pela defesa de interesses ora convergentes ora divergentes.

A presente mudança insere-se paralelamente numa transformação inigualável do ponto de vista da conjuntura mundial da sociedade em que através da cibernética verificamos a inexistência de lugares intangíveis neste caminho para a unidade virtual do mundo no qual a Humanidade nasce, caminha e morre, interligando os elementos temporal e intemporal na garantia da sua sobrevivência e continuidade. Nesta rede virtual, o Homem idealiza a vida tendo em consideração a imagem e o intuito de sobrevivência para que possa perdurar no tempo numa espécie de imortalidade transposta para a arena internacional inserida no quadro de um jogo de poder operado em diferentes graus de dinâmica relacional.

Perante o ambiente externo regido pela contínua forma de instabilidade político-económica, o Homem procura substituir os instrumentos que regiam até ao eclodir da crise financeira mundial. Esta sociedade, agora qualificada de global, perspectiva uma observação da imagem real do mundo inserida numa cosmovisão do lugar do Homem na redefinição geopolítica da hierarquia das potências.

Actualmente, dois caminhos parecem sobrepor-se, por um lado, a *cyborgisation* da vida do Homem e, por outro lado, o regresso gradual dos valores básicos no plano humano. Regresso, pelo facto de os mecanismos tecnológicos, acompanhados pelo escalar da necessidade de poder, levarem à obsessão do reflexo da imagem que se traduz na mudança global de todo um sistema internacional edificado a partir de Westphalia (1648). A atenção foca-se na perspectiva do ser humano envolvido na sociedade civil para tentar compreender a *complexidade crescente* da ordem internacional a que se encontra sujeito, dado a multiplicidade de identidades, a proliferação de estruturas e novos actores no subsistema internacional.

Aliás, referente à *complexidade crescente* e ao processo biológico de *hominisation* observados pelo Padre Teilhard de Chardin (1881-1955) no *Fenómeno Humano* (1955) (Chardin, 2000), ampliaríamos aqui à implicação da noção de continuidade e descontinuidade ao diferenciar o real do irreal e de igual forma das distintas conexões de rede que se estabelecem, dessa espécie de sentimento de dualidade e posteriormente de cumplicidade virtual, na qual se parte à descoberta do papel do Homem, do objecto humano à medida que as relações internacionais evoluem.

O surgimento de novos actores que têm vindo a utilizar a extensão de sistemas virtuais e vias de comunicação, desde o tradicional correio ao mundo cibernético, extinguem as distancias e as fronteiras físicas dos Estados, convergindo o globo num único ponto o que provoca um novo posicionamento do papel do Homem no mundo, possibilitando o despertar de um estado de implosão social em resultado da ausência de identidade sentida por cada ser humano, para além da ansiedade e da violência geradas.

A sobrevivência em ambiente hostil leva inevitavelmente à criação de outros ambientes considerados de seguros nos quais o Homem deverá entrar novamente numa espiral de processos de readaptação entre ordem, desordem, caos, paz e conflito. A dimensão deste novo mundo tem vindo a gerar uma evolução da condição humana que qualificaríamos de *descontinuidade da existência humana*, não significando porém o desaparecimento momentâneo do ser humano, mas sim na procura de novas respostas e perguntas no papel do Estado, do mercado e do Homem.

Assim sendo, redescobrimos a memória dos tempos vividos na relação entre dois ambientes, o externo e o interno numa lógica da *autopoiesis* (Maturana & Varela, 1980). Segundo Humberto Maturana a *autopoiesis* consiste no exame dos seres vivos na qualidade de sistemas autónomos cuja produção de moléculas e interacções compõem a mesma rede e extensão, isto é, o sistema identificado, em termos de unidade, consiste no processo de produção em rede de transformação e de destruição que por sua vez causam a criação de novos componentes e que através de um contínuo processamento de interacções e transformações acabam por regenerar e realizar consecutivamente processos de formação de redes de relações (Maturana & Poerksen, 2004).

Consideramos que as relações internacionais operam no sistema vivo e pertencem ao meio envolvente do ser vivo, originando fenómenos de relações em rede e de interacções com implicações no comportamento do Homem, para além de repercussões quer na esfera de actuação dos estados enquanto actores quer na condução da política internacional. Entendemos que as perturbações ao meio envolvente incitam à adaptação do sistema vivo, neste caso particular do Homem perante a nova realidade com que se depara, levando-o a adequar o comportamento e a activar conseqüentemente mudanças estruturais do sistema internacional do ambiente interno para o externo.

Realçamos a capacidade de resposta do Homem às perturbações ao meio envolvente na garantia da sua sobrevivência. O Homem demonstra não só habilidade adaptativa como também selectiva na utilização das estruturas representativas do estado cujo poder de decisão se destina ao exercício de influenciar o ambiente externo e de defender o respectivo interesse nacional. É nesta circunstância que consideramos a *autopoiesis* desenvolvida por Maturana enquanto modelo auto-regulador dos seres vivos, concretamente do indivíduo no envolvimento da esfera doméstica, levando-o para a arena internacional em caso de necessidade imperativa na procura de alternativas às perturbações a que fora sujeito.

Paralelamente, no ser humano surge no aspecto relacional e emocional com os seus semelhantes três estados comportamentais: (1) *homo sapiens amans* (amor); (2) *homo sapiens aggresans* (agressão); *homo sapiens arrogans* (arrogante) (Maturana & Poerksen, 2004, pp. 196-204). Notemos que as emoções formam a base e determinam a aceitação ou a rejeição da racionalidade através da justificação ou da negação emocional, estando implícito o comportamento ético como elemento de ligação e de legitimação dos indivíduos e dos estados no sistema internacional, dado que qualquer resolução de conflito implica necessariamente uma natureza emocional na reconciliação das partes no restabelecimento da confiança e da ordem. Todo este processo em curso de procura de uma nova ordem mundial nem pode nem deve ser inserido numa perspectiva unicamente ocidental. Trata-se sim, da inclusão de famílias, de grupos, de regiões, de sub-regiões, cujos comportamentos sociais, religiosos, culturais, políticos e económicos acabem por deter um ponto de convergência na defesa do interesse nacional em termos de uma nova agenda internacional, no combate ao crime, à pobreza e à exclusão.

Torna-se por conseguinte evidente a necessidade imperativa da vertente política do estado que na sua dimensão partidária, cada vez mais afastada da sociedade civil, ora por ineficácia ora por desconfiança e descrédito das políticas implementadas, de restaurar o reequilíbrio da sociedade no acesso aos direitos fundamentais. O restabelecimento da ligação entre o escol político e a sociedade civil deve considerar a complexidade da aproximação do cruzamento de caminhos nos mais variados estados dinâmicos temporais que compõem a estrutura das relações internacionais na formação de sistemas e de subsistemas de redes

que comunicam num mundo no qual o caminho para a *cyborgisation* do indivíduo se tem vindo a converter.

Retoma-se a perspectiva de Donna Haraway no tocante ao incentivo do desenvolvimento de estruturas tecnológicas da *polis* que visam a alteração do próprio conceito de relações sociais na *oikos*, fracturando as referências identitárias (Haraway, 1991, pp. 151-161). Esta sociedade reclama uma identidade, diríamos uma consciência de identidade que se traduz no caminho a encontrar, no qual se procuram raízes de outrora para explicar o agora e colmatar o desfasamento de diálogo entre a sociedade civil e o escol político.

Daí a aplicação da *autopoiesis*, pelo facto do sistema social basear-se na vida e na ligação de consciências (sistemas psíquicos) e, igualmente, na relação entre seres humanos, o que implica uma dinâmica de coordenação das acções, da dependência em relação à atitude do actor na arena internacional, do tipo de motivação e, por último, na selecção da resposta à perturbação. A congregação de valores comuns não só origina como define a participação e a selecção por parte de cada um dos indivíduos e dos respectivos papéis a que se destinam na constituição de uma comunidade na qual partilham esses mesmos valores e objectivos ou acções a realizar do meio interno ao meio envolvente, do aparelho político-partidário ao mercado internacional.

Refira-se que surgirão no sistema psíquico pressões de domínio, de agressividade, de submissão e de abandono na convergência do confronto diário a que o Homem é submetido. A capacidade *autopoiética* revela-se determinante na hierarquização dos actores intervenientes, concretamente na identificação dos limites do sistema, da divisão de forças e da localização geográfica que servirá como indicador do grau de risco de ocorrência de conflitos. Nas relações internacionais a formação de alianças depende da homogeneidade (de estruturas e de princípios/valores semelhantes) ou da heterogeneidade (de estruturas e princípios/valores diferentes) do sistema e da capacidade de influência junto dos centros de decisão de outros actores (Aron, 1992).

Para além da multipolaridade ou da defesa da unipolaridade, emerge um outro sistema que segundo Richard Nathan Haas (2008) se diferencia dos restantes por se caracterizar pela não-polaridade e por surgir num momento de combate à tendência hegemónica

ambicionada pelos Estados Unidos. Em contraste com a polaridade, a não-polaridade envolve múltiplos actores que dificultam a manutenção da estabilidade do sistema internacional por procurarem o exercício da sua influência na arena global. A instabilidade no sistema não-polar pode contribuir para o incremento de ameaças no ambiente interno, tais como o terrorismo, as operações no mercado financeiro, o investimento, o comércio, afectando conseqüentemente a estrutura do Estado das finanças à política.

Aliás, a não-polaridade perturba a diplomacia dos estados quer bilateral quer multilateral, resultante da imprevisibilidade das ameaças e da identificação de aliados ou potenciais adversários pelo facto de variarem o *modus operandi* conforme o ambiente em que se movem, cooperando ou não consoante o interesse que venha a deter nesse particular momento. A não-polaridade institui um ambiente perturbador e perigoso, sendo necessário optar por uma cooperação multilateral no intuito de incrementar o grau de integração global na promoção da estabilidade, dado que na rede económico-financeira a interdependência provoca uma reacção institucional no sentido de que nenhum estado se encontre autoimune à realidade neoliberal que acabou por agravar a pobreza à escala global. Modificar o tempo é mudar a vida, provocando o alargamento da distância entre os info-ricos e os info-pobres no quadro da detenção e de acesso à informação e à tecnologia. Emergem de igual forma realidades opostas como a fosse abissal entre os *infoincluídos* e os *infoexcluídos* resultante da condição de pobreza, de desemprego seguido de exclusão e desintegração social.

Com efeito, a par da ordem mundial, surge uma reconfiguração dos valores humanos no domínio da procura da crença e da fé em algo superior que possa responder às dúvidas e às angústias da sociedade civil perante o incremento das dificuldades de sobrevivência e de adaptação na sequência do agravamento da pobreza e do desemprego, levando ao redesenhar de novos modelos de política transnacional.

2. A importância da Diplomacia Pública e o posicionamento de Portugal

O conceito de diplomacia pública é apadrinhado no ano de 1965 pelo decano e diplomata de carreira Edmund Gullion da *Fletcher School of Law and Diplomacy*, da *Tufts University*. A diplomacia pública acabara por ser formalmente adoptado pelo governo norte-americano

na década de 70, tendo por objectivo influenciar a opinião pública externa. Note-se que um dos instrumentos da diplomacia pública consistiu na *United States Information Agency* (USIA de 1953 a 1999) entre as décadas de 80 e 90. Actualmente, na *Fletcher School of Law and Diplomacy*, o *Edward Murrow Center* tem por incumbência a formação académica nessa área em conjugação com as Relações Internacionais, a Diplomacia e o respectivo desenvolvimento na arena internacional.

Além disso, a diplomacia pública visa a interligação científica com a elaboração e a definição da política externa, detendo em consideração o impacto junto da opinião pública externa e do respectivo centro de decisão do estado. Por conseguinte, a diplomacia pública visa influenciar os cidadãos de um estado, utilizando para esse efeito instrumentos que estejam ao seu alcance como por exemplo a informação, a educação, a cultura e o turismo, efectuando uma gestão estratégica de longo prazo das principais redes comunicativas numa relação governo a cidadão. Salientamos para a importância da percepção marca/país no mercado global nos casos britânico, *Rebranding Britain*, espanhol sob a liderança Aznar, intitulado *Proyecto Marca España* e sob Zapatero, *Alianza de Civilizaciones* (Noya, 2007).

Neste contexto, a diplomacia pública para ser devidamente implementada deve enquadrar-se numa perspectiva a curto, médio e longo prazo. A curto prazo, no quadro da reafirmação dos objectivos estratégicos, executa-se uma gestão criteriosa das notícias por parte profissionais da área da comunicação do governo, tendo em consideração os acontecimentos e as respostas a cenários hipotéticos, nomeadamente em campanhas de desprestígio. Por sua vez, a médio prazo, a comunicação estratégica seleccionada visa neste caso influir activamente a agenda informativa, provocando para esse efeito acontecimentos ou organizando determinadas actividades para alcançar uma maior projecção e valorização da imagem de um país no exterior. A longo prazo, visa-se o estabelecimento de ligações efectivas de ordem social, cultural desde que cumpram o interesse estratégico, sobretudo no reconhecimento de valores. Utiliza-se, neste último caso, uma rede de intermediários que se encontrem afastados do núcleo político ou do poder para garantir um incremento da confiança junto da sociedade, requerendo para esse efeito, profissionais procedentes das mais diversas áreas, desde empresas, ONG's, partidos, sindicatos, órgãos de comunicação.

Diga-se de passagem que até recentemente utilizava-se a via de *soft power* em alternativa ao recurso de *hard power*, tendo sido acrescentado uma terceira opção estratégica, a de *smart power* (Armitage & Nye, 2007) que consiste na implementação de políticas vencedoras nas quais se conjugam os instrumentos de cariz diplomático com os económicos, militares, jurídicos e culturais. Esta opção tem vindo a ser gradualmente realizada pela administração norte-americana liderada por Barack Obama e igualmente pelos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Esta via, em conjugação com a diplomacia pública, surge na qualidade de fonte alternativa de poder no controlo do ambiente externo e mormente na legitimação do interesse nacional na afirmação geoestratégica de projecção global dos estados nas relações internacionais.

No âmbito de Portugal, a política externa define-se pela sua estratégia diplomática em oito linhas: (1) África Subsariana; (2) América do Norte, América Latina e Caraíbas; (3) Europa não UE, da Rússia ao Balcãs, incluindo organizações regionais como a Comunidade de Estados Independentes, a Organização do Tratado de Segurança Colectiva e a Organização de Cooperação de Xangai; (4) Médio Oriente e Magrebe; (5) Ásia e Oceânia, destacamos a ASEAN, a ASEM, Timor Leste e a Índia; (6) Multilateralismo, especial ênfase para as Nações Unidas, na qualidade de membro não-permanente do Conselho de Segurança durante o biénio 2011/2012; (7) CPLP; (8) Segurança e defesa, NATO, PESD bem como participação em todos os acordos de desarmamento e não-proliferação.

Porém, apesar da intensificação da actuação diplomática por parte de Portugal, não deixa de ser interessante sublinhar que a diplomacia pública se encontra todavia numa fase embrionária. Saliencia-se o esforço que tem ocorrido na última década por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a sua implementação e integração na política externa, no tecido empresarial no estrangeiro, nomeadamente na identificação de nichos de mercado de investimento estratégico no que respeita à dinamização da economia nacional na procura da vantagem competitiva no mercado internacional e na recuperação da credibilidade. Para isso, o Ministério dos Negócios Estrangeiros apoia-se entre outros com o Instituto Camões e com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP). Portugal tem demonstrado gradualmente que a diplomacia pública representa um recurso vital nas relações internacionais contemporâneas, na qual a opinião

pública detém um papel fundamental na construção da imagem de um país/marca em consonância com a competitividade global e a defesa do interesse nacional.

3. A formação em rede do sistema BRIC, BRICS, BRICSAM e a posição de Portugal

Anotemos o ano de 2001 não só por marcar o 11 de Setembro, mas sobretudo por Jim O'Neill, do Banco de Investimento Goldman Sachs, no dia 30 de Novembro ter criado o acrónimo BRIC para Brasil, Rússia, Índia e China no relatório intitulado "*Building better global economic BRICs*". Os BRIC surgem assim como uma nova oportunidade de investimento dado que o crescimento no mercado bolsista de 30 de Novembro de 2001 a 23 de Novembro de 2007 corresponder a: Brasil 369%; Índia 499%; Rússia 630% e a China 201% (A-Share) ou 817% (Hang Seng China Enterprises Index –HSCEI) (O'Neill, 2007). Para a Goldman Sachs as economias emergentes BRIC simbolizam a longo prazo o motor mundial e o sistema auto-regulador para controlar a volatilidade do mercado internacional.

Neste contexto, na sequência do 11 de Setembro, a Goldman Sachs procura nos BRIC a resposta para estimular o equilíbrio da política económica mundial, através da oferta de mercados alternativos de investimento e da identificação de pólos intra-regionais cuja dinâmica económica seja transversal aos aspectos políticos nas relações bilaterais com os Estados Unidos, visto o objectivo consistir na criação de centros financeiros que possam ajudar a ultrapassar situações de crise mundial.

Efectivamente, trata-se de um bloco inexistente do ponto de vista organizativo e formal, mas que na realidade tem vindo a afirmar-se na arena internacional derivado das projecções demográficas, de modelos de capital acumulado, do crescimento produtivo, do PIB e da evolução *per capita*, colocando o ser humano ao mesmo nível de dígitos financeiros. Todo este processo parte de Nova Iorque, da venda de um sonho à escala global, colocando no mesmo plano analítico realidades díspares, onde a pobreza, a riqueza, a paz, a guerra, as religiões, as sociedades, as políticas e as empresas convivem e sobrevivem diariamente com insuficiências de práticas ambientais e de ausências de controlo rigoroso energético. Salienta-se que o Brasil surge como uma gigante regional; a Rússia constitui um factor chave em termos energéticos e no quadro da estabilidade da política internacional; a Índia refere-se como a maior democracia mundial e potencial

mercado de consumidores; a China insere-se na qualidade de Estado autoritário de economia capitalista e igualmente possuidora de um enorme mercado de consumidores.

Além disso, a partir da RedeSist, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em matéria de BRICS, inclui-se a África do Sul pelo facto das indústrias, cidades, aeroportos e sistemas telefónicos serem comparáveis aos da Europa e o sucesso económico aos países asiáticos. Apesar de se encontrar pobreza e exclusão social quer nas zonas rurais quer nas urbanas, o termo de democracia associa-se à capacidade da elite política reduzir a diferença entre ricos e pobres e entre as condições de vida e de cidadania de brancos que representam 9,2%, e de negros 79% para uma população de cerca de 48.687 milhões (estimativa 2008) (Koelbe, 1999).

Por seu turno, o *Center for International Governance* (CIGI), sediado em Toronto, Canadá, tem vindo a desenvolver o projecto BRICSAM que consiste primariamente na recolha de informação e discussão sobre o caminho das economias emergentes. Neste caso, opta-se pela inclusão do Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, ASEAN e México por terem impacto nos próximos 3 a 5 anos na economia global, derivado da sua importância e projecção económica. A assinalar que no seio dos BRICSAM, as políticas públicas residem na criação de um ambiente estável e favorável ao investimento que permita o incremento dos rendimentos e à resposta dos potenciais efeitos emanados do crescimento económico no espectro político, social e ambiental.

A partir deste ponto, uma mudança da arquitectura da economia global e da governação financeira torna-se inevitável. Além disso, a modificação afectaria a forma de elaboração de políticas nas áreas como o comércio, a exploração dos recursos naturais, o investimento, a propriedade intelectual, a migração, a educação e o trabalho. Paralelamente, o principal objectivo do Canadá abrange o reajustamento das exportações e importações no âmbito da balança comercial para além de pretender antecipar estrategicamente o investimento e as políticas de desenvolvimento adequadas tendo em linha-de-conta o seu posicionamento em cada um dos mercados para diminuir a interdependência em relação à economia norte-americana.

No tocante a Portugal, recordemos a Presidência Europeia no segundo semestre de 2007 , na qual tiveram lugar cimeiras estratégicas com os BRIC, sendo de destacar:

- (1) 1ª Cimeira Empresarial Brasil – UE, Lisboa, 04 de Julho de 2007: procede-se ao reforço da parceria UE – Brasil, tendo em vista o MERCOSUL, a inovação e a oportunidade de incrementar o investimento directo externo.
- (2) 9ª Reunião Geral da Mesa Redonda de Industriais da UE – Rússia, Lisboa, 25 de Outubro de 2007: o principal objectivo consiste no fortalecimento da cooperação UE – Rússia, nos sectores vitais como o energético, as finanças, a informação tecnológica, os transportes, a construção/materiais.
- (3) 20ª Cimeira Rússia – UE, reunião dos Chefes de Estado e Governo, Mafra, 26 de Outubro de 2007: da temática abordada salientamos os direitos humanos, o espaço comum de segurança externa, a educação, a cultura, a investigação, a Organização Mundial de Comércio e as alterações climáticas.
- (4) 10ª Cimeira China – UE, Pequim, 28 de Outubro de 2007: é efectuada a revisão do desenvolvimento e do reforço das relações bilaterais.
- (5) 8ª Cimeira Índia – UE, sob o tema “Sustentabilidade através da Tecnologia e da Inovação”, Nova Deli, 29 de Novembro de 2007: fica patente o melhoramento das relações UE – Índia bem como o apoio comercial e industrial. Dos temas abordados, a principal preocupação concentra-se sobretudo no agravamento e na degradação do meio-ambiente e dos problemas derivados da alteração climática.

Precisamente, a Presidência Europeia de 2007 que permanece registada pela conclusão do Tratado de Lisboa constitui um exemplo marcante não só do campo diplomático e económico mas também da prossecução da diplomacia pública até aos dias de hoje. Portugal no sentido de reconquistar a sua imagem e sobretudo de incentivar os mercados internacionais na recuperação da sua credibilidade tem vindo a esforçar-se para se posicionar na arena internacional na qualidade de um parceiro estratégico que corresponda à nova dinâmica do mercado internacional, onde aparentemente se exige um maior controlo do Estado.

Portugal no campo de acção dos BRIC deve ter em consideração que o Brasil pretende uma reforma profunda do sistema financeiro internacional. A Rússia visa sobretudo a criação de

uma nova ordem económica global onde haja equilíbrio e estabilidade na obtenção de investimento e na edificação de novos nichos de mercado. Por seu turno, a Índia, a curto prazo pretende acompanhar o ritmo de crescimento económico da República Popular da China para prosseguir a política de integração dos mais desfavorecidos na sociedade. Por último, a República Popular da China tem por desiderato o estímulo do consumo interno para recuperar e manter a taxa de crescimento a dois dígitos.

4. Notas finais

Portugal deve adaptar-se a este novo sentido da diplomacia pública no redesenhar do mapa post-11 de Setembro. Para isso, a conjugação de inúmeros vectores na arena internacional deve transpor a projecção e a dinamização da venda da imagem de um estado, tendo apenas por objectivo o crescimento económico e a captação de investimento directo externo enquanto a população ou sociedade civil acompanha o processo num regime autopoietico de sobrevivência e de adaptação ao meio envolvente, detendo a possibilidade de destronar ou de alterar o paradigma vigente.

A reconfiguração e a complexidade crescente do sistema internacional traduzem o evoluir de uma nova percepção espaço-temporal do lugar do Homem no mundo, onde se cruzam a defesa do interesse nacional dos estados como uma extensão do domínio doméstico para a esfera internacional no caminho para uma *cyborgisation* de cada indivíduo no mundo virtual cujas fronteiras físicas estaduais acabam por desvanecer-se, sendo substituídas por hyperlinks.

Bibliografia

- Armitage, R. L., & Nye, J. S. (2007, November 6). *A Smarter, More Secure America*. Retrieved 01 28, 2011, from CSIS: http://csis.org/files/media/csis/pubs/071106_csissmartpowerreport.pdf
- Aron, R. (1992). *Paix et Guerre entre les Nations* (8ème ed.). Paris: Calman-Lévy.
- Chardin, P. T. (2000). *Le Phénomène Humain*. Paris: Seuil.
- Haass, R. N. (2008, May-June). The Age of Nonpolarity. What Will Follow U.S. Dominance. *Foreign Affairs*, 87 (3), pp. 44-56.
- Haraway, D. J. (1991). *Simians, Cyborgs, and Women. The Reinvention of Nature*. New York: Routledge.
- Koelbe, T. E. (1999). *The Global Economy and Democracy in South Africa*. New Brunswick: Rutgers University Press.

- Noya, J. (2007). *Diplomacia Pública para el Siglo XXI. La gestión de la Imagen Exterior y la Opinión Pública Internacional*. Madrid: Ariel.
- Maturana, H. R., & Varela, F. J. (1980). *Autopoiesis and Cognition. The Realization of the Living*. Boston, London: D. Reidel.
- Maturana, H. R., & Poerksen, B. (2004). *From Being to Doing. The Origins of the Biology of Cognition*. Heidelberg: Carl-Auer Verlag.
- Moreira, A. (2002). *Teoria das Relações Internacionais* (4ª ed.). Coimbra: Almedina.
- O'Neill, J. (2007). *BRICs and Beyond*. Goldman Sachs Group.